



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CPD AO PROJETO DE LEI Nº
2.697, DE 2024

Dispõe sobre a política de incentivo para a contratação de mães atípicas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Programa de Incentivo para a Contratação de Mães Atípicas (PICMA).

Art. 2º Estarão elegíveis, como beneficiários desta Lei, as mães atípicas de filhos com deficiência ou com doenças raras que exijam cuidados especiais, na forma da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Art. 3º As pessoas jurídicas de direito privado que aderirem ao Programa terão redução nas contribuições previstas no *caput* do artigo 22, incisos I e III da Lei nº 8.212, de 1991, conforme percentual a ser definido em regulamento, desde que:

I - reservem percentual mínimo, limitado a 15% do total de empregados da empresa, do quadro de pessoal à contratação de mães atípicas, garantido o anonimato dessa condição na forma da Lei;

II - possuam política de ampliação da participação de mães atípicas na ocupação dos cargos da alta administração da sociedade empresária;

III - adotem práticas educativas e de promoção dos direitos de mães atípicas, nos termos do regulamento;

IV – concedam horário especial, mediante a redução da jornada de trabalho de mães atípicas, conforme o caso, sem a necessidade de compensação e sem prejuízo à remuneração.



§1º Para fins do inciso II deste artigo, incluem-se na alta administração da sociedade os cargos de administrador, diretor, gerente ou como membro do conselho de administração, do conselho fiscal ou do comitê de auditoria.

§ 2º As vagas reservadas para mães atípicas, conforme o disposto no inciso I deste artigo, não poderão ser contabilizadas no percentual de vagas destinadas a pessoas com deficiência, conforme previsto no artigo 93 da Lei nº 8.213, de 1991.” (NR)

Art. 4º A Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, passa a vigorar acrescida da seguinte alteração:

“Art. 60.

.....

III-A – Participação, pelo licitante, do Programa de Incentivo para a Contratação de Mães Atípicas (PICMA), na forma da Lei.” (NR)

Art. 5º Aplica-se o disposto no inciso III-A, do art. 60 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, ao Programa de Incentivo para a Contratação de Mães Atípicas (PICMA).

Art. 6º Para custeio da renúncia fiscal prevista nesta Lei, fica instituído o Fundo de Incentivo ao Emprego de Mães Atípicas (FIEMA), que será constituído por 2% (dois por cento) das receitas arrecadadas com multas aplicadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pela Receita Federal em razão de infrações trabalhistas e previdenciárias.

Art. 7º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, inciso II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará os projetos de lei orçamentária cuja apresentação se der após sessenta dias da publicação desta Lei.



Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O disposto nesta Lei produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for cumprido o disposto no art. 7º.

Sala da Comissão, em 12 de novembro de 2024.

Deputado **WELITON PRADO**
Presidente

